



Nós sabemos com que estamos mexendo?

Segurança química para trabalhadores, comunidade e meio-ambiente

Publicação especial sobre os temas abordados na Conferência Internacional sobre a Gestão Segura e Saudável dos Produtos Químicos, realizada de 14 a 16 de abril de 2009, em São Paulo, Brasil.

Esta publicação tem como objetivo divulgar os resultados da Conferência Internacional sobre a Gestão Segura e Saudável dos Produtos Químicos, realizada em São Paulo/Brasil, de 14 a 16 de abril de 2009, informando às lideranças sindicais e sociais o SAICM, sua origem, políticas e planos de ação.

Pode ser reproduzida em sua totalidade ou em partes para propósitos educativos sem fins lucrativos desde que a fonte seja sempre citada. É expressamente proibida qualquer tipo de comercialização deste material.

Equipe técnica:

Coordenação: Nilton Freitas

Assessor de Políticas Públicas e Sociais do
Sindicato dos Químicos do ABC

Elaboração de textos e edição:

Gislene Madarazo Mtb. 33.074

Colaboração:

Laura Maffei - Sustainlabour

Arte e diagramação:

Maria Cristina Colameo e Igor Miyamura

Infográficos:

Mario Amaya

Ilustrações:

Márcio Baraldi

Fotografias:

Comunicação Social Fundacentro

Distribuição dirigida

Venda proibida

**Conferência Internacional sobre a Gestão
Segura e Saudável dos Produtos Químicos
Enfoque Estratégico sobre a Gestão
Internacional dos Produtos Químicos – SAICM**
São Paulo, 14 a 16 de abril de 2009

Coordenação Técnica:

Nilton Freitas – Sindicato dos Químicos do ABC

- CNQ/CUT - ICEM

Fernando Vieira Sobrinho – FUNDACENTRO

Comissão Organizadora:

Nilton Freitas – Sindicato dos Químicos do ABC

- CNQ/CUT - ICEM

Fernando Vieira Sobrinho – FUNDACENTRO

Walter Pedreira – FUNDACENTRO

Marcela Ribeiro - FUNDACENTRO

Claudia Marchiano – Setor de Eventos

FUNDACENTRO



Apresentação



Esta Revista tem como objetivo principal divulgar os resultados e os compromissos assumidos pelos participantes da Conferência Internacional sobre a Gestão Segura e Saudável dos Produtos Químicos – Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional dos Produtos Químicos (SAICM, na sigla em inglês), realizada em São Paulo no período de 14 a 16 de abril de 2009 como atividade do Projeto “Facilitar a Implementação de SAICM pelos trabalhadores/as no local de trabalho”.

O Projeto é uma iniciativa da Fundação Sindical Internacional Sustainlabour, ICEM e CSI, com apoio da CSA e das contrapartes locais CUT Brasil, CUT Chile e PIT-CNT do Uruguai e é financiado com recursos do Fundo denominado “Programa de Início Rápido (QSP)” de SAICM, com o endosso dos governos do Brasil, do Chile e do Uruguai. Sua origem está na constatação de que os sindicatos em nossos países carecem de informação e capacitação adequada sobre os riscos dos produtos químicos à saúde e ao meio ambiente e sobre como enfrentá-los de maneira eficiente e desde um ponto de vista dos trabalhadores.

Por tal razão, a Conferência Internacional realizada em São Paulo teve como objetivo principal divulgar os objetivos e mecanismos de SAICM para os sindicalistas, ONGs e especialistas de empresas e de governo, estimulando alianças tripartites destinadas a eliminar os riscos à saúde e ao meio ambiente desde os locais de trabalho até o âmbito nacional.

Essa Conferência foi co-patrocinada pela Fundacentro - instituição de pesquisa sobre segurança e saúde no trabalho vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil – e já resultou, desde então, em Seminários de seguimento do assunto no Brasil e no Uruguai e no início da construção de Redes de trabalhadores em empresas multinacionais que operam nos três países. Além disso, contribuiu para a reanimação de mecanismos nacionais de consulta e participação da sociedade civil sobre os temas de segurança química – como é o caso da CONASQ no Brasil.

Os resultados da Conferência foram também apresentados na 2ª Sessão da Conferência Internacional sobre a Gestão dos Produtos Químicos (ICCM2) que aconteceu em Genebra no mês de maio passado, constituindo-se em um dos poucos documentos do setor Trabalho nesse evento.

A vertical illustration on the left side of the page shows several brown birds perched on thin, leafless branches against a light blue background with soft, white, cloud-like shapes.

Ainda naquele mês, dezenas de representantes das centrais sindicais da América Latina e Caribe reunidos em Buenos Aires na 2ª Conferência Regional sobre Trabalho e Meio Ambiente - uma realização da Confederação Sindical das Américas (CSA) - tiveram a oportunidade de conhecer aqueles resultados e as atividades futuras do Projeto.

Entre essas, está a realização no mês de julho de 2010 de um Workshop para se avaliar o progresso dos resultados da Conferência e de outra atividade do Projeto: uma enquete realizada junto a sindicatos, ONGs e instituições de pesquisa nos três países com o objetivo de identificar capacidades e necessidades sindicais para a redução do risco químico por meio de alianças estratégicas com esses atores.

Ainda no início de 2010 será realizada em Santiago de Chile a oficina “Ação sindical para reduzir o risco químico e contribuir com a gestão racional das substâncias químicas desde o local de trabalho”, sob a coordenação da Fundação FIEL da CUT Chile, com apoio de Sustainlabour. Além da participação de delegados sindicais, haverá a presença de representantes governamentais e de outras organizações sociais.

Outras atividades do Projeto no próximo ano incluem a realização de reuniões sindicais nacionais nos três países para formação de formadores e para elaboração de propostas de ação sindical para o enfrentamento dos riscos.

A ICEM, como uma das organizações sindicais que coordenam a execução desse Projeto, sente-se orgulhosa por essas iniciativas que visam promover ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis e sociedades mais sustentáveis. Nesse sentido, agradecemos a confiança do Secretariado de SAICM e dos governos do Brasil, do Chile e do Uruguai, além da Fundacentro e de todos aqueles que têm contribuído e participado de nossas atividades.

Sérgio Novais
Presidente da ICEM América Latina e Caribe

Índice

Introdução.....	06
A meta da gestão segura e saudável até 2020.....	08
Como alcançar a meta	
- SAICM: a estratégia de Política Global e o Plano de Ação Mundial.....	13
Os cinco grandes objetivos:	
- Redução de Riscos.....	15
- Conhecimento e Informação.....	17
- Governança.....	18
- Criação de capacidade e cooperação técnica.....	19
- Tráfico Ilegal Internacional.....	20
A Conferência Tripartite em São Paulo – Brasil.....	21
- Jornada de informações, debates e perspectivas.....	23
- Carta de Princípios e Diretrizes Gerais para a promoção da gestão saudável de produtos químicos no local de trabalho.....	34
Documentos e endereços úteis.....	37

**Segurança Química para
trabalhadores, comunidade e meio-ambiente**

O que você precisa saber para...

Proteger a **saúde dos trabalhadores** dos efeitos nocivos da exposição aos agentes químicos no local de trabalho é um desafio com o qual nos defrontamos quase todos os dias na atividade sindical ou no exercício de nossas funções na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, no Sistema Único de Representação – SUR, na Comissão de Fábrica ou no mandato de delegado/a sindical.

E conhecemos bem as **dificuldades** que temos para fazê-lo: **falta informação** sobre o risco dos produtos; **falta conhecimento** sobre a legislação que nos garante direitos de atuação no interior das empresas; **falta identificar** quem são os nossos parceiros no poder público, na comunidade, nas universidades, nos locais de trabalho.

Para proteger o **meio ambiente** em que vivemos parece que os obstáculos são ainda maiores. Afinal, além de tudo aquilo que falta para defender a saúde, nos falta compreender, com exatidão, quais são as nossas possibilidades nesse campo, o que podemos fazer para intervir num assunto que nos parece sempre tão distante, tão complicado, tão alheio à nossa realidade no dia-a-dia no interior das fábricas ou das empresas, ou mesmo dentro das entidades sindicais onde atuamos.

O **objetivo principal** dessa **publicação** é demonstrar que nada disso é tão distante, tão complicado ou tão fora do alcance de nossas possibilidades enquanto dirigentes e militantes sindicais. Ou mesmo, tão somente, enquanto cidadãos, moradores da comunidade, consumidores ou militantes de movimentos sociais, que atuam no bairro, na escola ou como conselheiros e membros de órgãos colegiados da administração pública.

Afinal de contas, veremos nas próximas páginas que tudo começou de uma maneira muito simples, a partir da **constatação** das pessoas em suas comunidades no interior dos Estados Unidos, que os pássaros migratórios começaram a desaparecer no decorrer dos anos. A causa: a aplicação de DDT como inseticida nas lavouras para o combate de pragas.

Morriam as pragas, os pássaros, os rios, a vegetação, os animais, os peixes. Mais tarde, descobriu-se que o **ser humano**, também.

Assim tem sido a história do uso de **produtos químicos** de forma inadequada: sem estudos e testes **anteriores** à sua produção e comercialização; sem **análise do risco** que representa para a saúde humana e o meio ambiente em todas as etapas do seu **ciclo de vida**; sem **conhecimento** e sem **informação** adequada para os trabalhadores e a comunidade a respeito dos perigos que podem representar para a sua saúde e o meio ambiente.

As consequências dessa **prática insustentável** nós podemos **observar** desde o nosso **local de trabalho**: contaminações por solventes e metais pesados; doenças da pele e respiratórias; cânceres; mortes prematuras.

Em nossos **locais de moradia**, os problemas se repetem, e nós podemos também **observar**: combustíveis tóxicos; mudança climática cada vez mais freqüente e abrupta; alimentos e frutas contaminadas; brinquedos para as crianças fabricados com substâncias perigosas; ausência de meios adequados para o descarte de óleos, pilhas e baterias.

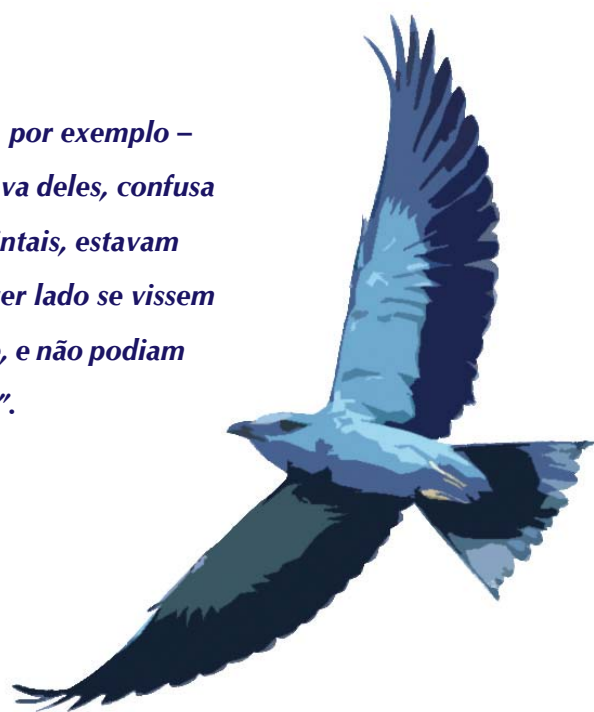
O que você precisa saber para começar a mudar essa situação você encontrará nas páginas dessa Revista que relata os esforços que vem sendo feitos por organismos internacionais, governos, sindicatos, empresas, comunidades, ONGs, movimentos sociais, profissionais e especialistas de diversas áreas do conhecimento, no sentido de alcançar **a gestão segura e saudável dos produtos químicos** desde o **local de trabalho** até o **nível global**.

Apropriar-se desse conhecimento e inserir a **dimensão ambiental** em nossa **ação sindical** no interior das empresas, nos setores industriais em que atuamos, nas esferas públicas de nossas cidades, estados e países, e, também, em nossos locais de moradia e vivência, é o melhor meio para começarmos a mudar essa situação.

A **Conferência** que originou esta publicação reflete o esforço das organizações de trabalhadores de promover a gestão da segurança química de uma forma ampla e participativa, levando aos atores sociais um tipo de **informação** tradicionalmente restrita a especialistas e agentes de governo.

Havia, ali, um estranho silêncio. Os pássaros, por exemplo – para onde é que tinham ido? Muita gente falava deles, confusa e inquieta. Os postos de alimentação, nos quintais, estavam desertos. Os poucos pássaros que por qualquer lado se vissem estavam moribundos: tremiam violentamente, e não podiam voar. Aquela era uma primavera sem vozes...”.

Rachel Carson – Primavera Silenciosa - 1962



A meta da gestão segura e saudável até 2020

A preocupação com os efeitos das substâncias químicas para o ser-humano e para o meio ambiente tem como marco **1962**, ano do lançamento do livro “Primavera Silenciosa”, da escritora e cientista norte-americana Rachel Louise Carson. O título da obra reflete as consequências do uso indiscriminado de agrotóxicos nos anos 50 nos EUA, para combater a doença holandesa do olmo – uma espécie vegetal de

médio porte. Além de eliminar de forma eficiente os escaravelhos que atacavam o olmo, os inseticidas passaram a contaminar minhocas, insetos, solo e vegetação até alcançar, finalmente, os pássaros migratórios.

Considerada uma das mais importantes do século, a obra de Raquel ajudou a desencadear uma mudança de postura em relação aos pesticidas e poluentes.

1972 - "Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano"

Entre os princípios expressos nesta declaração, o Princípio nº1 expressa:

"O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar e é portador solene de obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras."

Princípio nº6

"Deve-se pôr fim à descarga de substâncias tóxicas ou de outras matérias e à liberação de calor, em quantidade ou concentrações tais que não possam ser neutralizadas pelo meio ambiente de modo a evitarem-se danos graves e irreparáveis aos ecossistemas. Deve ser apoiada a justa luta de todos os povos contra a poluição."



Em **1972**, uma década após o lançamento do livro, a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza na Suécia o primeiro grande encontro internacional para a discussão da relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente: a **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**, conhecida como a Conferência de Estocolmo.

Apesar de bastante atribulada, a Conferência gerou um documento histórico com 26 princípios, criando, inclusive, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Entre esses princípios, já se apontava a necessidade de um enfoque estratégico para uma gestão segura e saudável dos produtos químicos.

Outro momento importante foi em **1992**, quando a cidade do Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano

– a chamada **Eco 92**, da qual resultou a **Agenda 21**: um documento de 40 capítulos em que se busca soluções em âmbito global para os problemas sócio-ambientais, fazendo também uma abordagem globalizada da Segurança Química, incluindo Indústria, Trabalhadores e Governos.

O capítulo 19 da Agenda 21 é destinado ao manejo ecologicamente saudável das substâncias químicas tóxicas, incluindo a prevenção do tráfico internacional ilegal e a criação do FISQ – Foro Intergovernamental de Segurança Química, com objetivo de reforçar a cooperação internacional em relação à Segurança Química e melhorar a coordenação e interação entre governos, indústrias, organizações não governamentais e representações sindicais.

A Agenda 21

As 175 nações presentes à Eco-92 – também chamada Cúpula da Terra ou Rio 92 – aprovaram e assinaram a Agenda 21 que representa a base para a despoluição do planeta e a construção de um novo modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável. O documento está dividido em 4 seções:

- 1** Dimensões Sociais e Econômicas: trata das políticas internacionais que podem ajudar na viabilização do desenvolvimento sustentável, das estratégias de combate à pobreza e à miséria e da necessidade de mudanças no padrão de consumo.
- 2** Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento: manejo dos recursos naturais e dos resíduos e substâncias tóxicas.
- 3** Fortalecimento do papel dos principais grupos sociais: indica as ações necessárias para promover e garantir a participação da sociedade civil organizada
- 4** Meios de implementação: mecanismos financeiros e instrumentos jurídicos para implementação de projetos e programas de promoção do desenvolvimento sustentável.

A Rio-92 e os sindicatos

Em número relativamente pequeno e sem um objetivo e uma estratégia comumente definidas, mas com muita vontade de chamar a atenção do planeta para o impacto da indústria e do modelo de produção capitalista sobre o meio ambiente e a saúde pública: assim foi a participação da delegação sindical de nossa região em uma das primeiras Conferências internacionais sobre o meio ambiente.

Denúncias e protestos contra o duplo-padrão de multinacionais que diziam respeitar o meio ambiente em seus países de origem enquanto transferiam produtos e processos poluentes para países desprovidos de legislação e meios de controle; sobre o despreparo da indústria e dos governos para prevenir e enfrentar grandes acidentes industriais; em defesa do direito de saber e do mapa de risco ambiental como instrumento de ação sindical; pelo banimento de substâncias perigosas à saúde e ao meio ambiente; pela erradicação da pobreza; em defesa das populações atingidas por barragens; pela participação dos sindicatos nas decisões relacionadas ao meio ambiente: essas foram algumas das propostas defendidas pelos sindicalistas presentes à Conferência realizada no aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro.

Como resultado, um capítulo específico na Agenda 21 reconhecendo a importância da participação dos sindicatos nas ações destinadas à proteção do meio ambiente.

2002: Rio+10 lançava a semente para a criação de SAICM

Dez anos depois, em **2002**, para avaliar o andamento da Agenda 21, acontece a **Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10)**, realizada em Johannesburg (África do Sul). Nesse fórum, os chefes de estado e representantes de 170 países reafirmam os compromissos expressos na Agenda 21 e estabelecem a meta de assegurar que até ano de 2020, os produtos químicos sejam utilizados e produzidos de maneira a não agredir a saúde humana

e o meio ambiente. A Cúpula tem ainda um tópico relevante para os trabalhadores: a pauta dos debates contempla a segurança química nos ambientes de trabalho.

Para garantir o cumprimento dessa meta, a Cúpula propõe a elaboração de uma estratégia que contribua para que todos os países implementem, até o ano de 2020, um sistema de gerenciamento seguro e saudável de substâncias químicas. Era lançada a semente do que se tornaria, em 2006, em Dubai (Emirados Árabes Unidos), o chamado Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional de Produtos Químicos (SAICM – na sigla em inglês), como um dos resultados da I Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos.

Johannesburgo: atuação dos sindicatos faz a diferença

Durante os dez dias de trabalho da Cúpula de Johannesburg, de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002, os representantes dos trabalhadores não descansaram enquanto não viram contemplada a reivindicação de segurança química. Foram muitos embates, discussões e negociações. Ao final dos trabalhos, a decisão entrou no Parágrafo 23 do Plano de Implementação da Cúpula, o mesmo que estabeleceu a meta de 2020. Confira:

Parágrafo 23. Reafirmar o compromisso assumido na Agenda 21 de utilizar de maneira racional os produtos químicos durante seu período de atividade e seus resíduos perigosos com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável e proteger a saúde humana e o meio ambiente, de forma que em 2020 os produtos químicos sejam utilizados e produzidos seguindo procedimentos científicos transparentes de avaliação de riscos, tendo em conta o princípio da precaução enunciado no princípio 15 da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, de maneira que se reduzam ao mínimo os efeitos adversos de importância que podem ter na saúde humana e no meio ambiente.

EQUILÍBRIO PERFEITO

Os pilares interdependentes e mutuamente apoiados do Desenvolvimento Sustentável

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



ECONÔMICO

- Desvincular desenvolvimento econômico da degradação do meio ambiente
- Responsabilidade social e prestação de contas
- Diálogo Social (comunidades e trabalhadores)
- Sistemas de gerenciamento ambiental, códigos de conduta e certificação
- Programas de educação e capacitação profissional



SOCIAL

- Acesso à água potável e à energia
- Trabalho Decente:
 1. saúde e segurança no trabalho
 2. remuneração digna
 3. proteção e segurança social
- Saneamento
- Educação fundamental
- Habitação adequada
- Assistência médica
- Segurança alimentar
- Igualdade de condições entre homens e mulheres
- Acesso da população indígena às atividades econômicas



AMBIENTAL

- Fontes renováveis de energia
- Reciclagem e reaproveitamento
- Defesa da biodiversidade
- Combate à poluição do ar, água e mar
- Combate à desertificação
- Combate ao aquecimento global
- Tecnologia segura e limpa

OBJETIVOS FUNDAMENTAIS E REQUISITOS ESSENCIAIS

1. Erradicação da pobreza

2. Mudança dos padrões de produção e consumo

3. Proteção e manejo dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social

Dubai declara: são necessárias mudanças fundamentais no modo como as sociedades gerenciam as substâncias químicas

Um ano após o referendo dos chefes de Estado, na Cúpula Mundial de 2005, em Nova York, a Conferência de Dubai, em **2006**, adota o **Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional de Produtos Químicos (SAICM)**: um plano global de ação para que meta de Johannesburgo seja alcançada e as substâncias químicas sejam utilizadas de forma segura e saudável.

A Declaração de Dubai sobre a Gestão dos

Produtos Químicos em nível internacional, pontua e justifica a necessidade de uma gestão segura e saudável dos produtos químicos para que alcancemos o desenvolvimento sustentável, que engloba a erradicação da pobreza e das enfermidades, a melhora da saúde humana e do meio ambiente e a melhora na qualidade de vida das populações, independente do grau de desenvolvimento do país em que vivem.

A EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA QUÍMICA

O caminho rumo à gestão internacional segura e saudável de produtos químicos



Por que é necessária uma gestão segura e saudável das substâncias químicas:

- Os riscos de exposição a substâncias tóxicas estão presentes durante todo o chamado “ciclo de vida do produto” – armazenamento, produção, manuseio, transporte, uso e eliminação dos resíduos-, por isso a exposição dos trabalhadores a produtos químicos nas fábricas e nos ambientes de trabalho é uma preocupação prioritária.
- Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2005 apontam que as substâncias perigosas matam em torno de 480 mil trabalhadores anualmente. Estima-se que 10% dos cânceres de pele são causados pela exposição a substâncias perigosas nos postos de trabalho.
- Ao serem liberadas para o ambiente, as substâncias químicas podem contaminar o ar, a terra e a água, afetando todos os componentes dos sistemas naturais, incluindo seres humanos. Muitas dessas substâncias liberadas hoje persistem no meio ambiente por vários anos e se movimentam continuamente entre o ar, a água, os sedimentos, a terra e ao conjunto dos seres vivos.
- As substâncias químicas participam em três fenômenos mundiais de extrema gravidade, relacionados com a contaminação atmosférica: a chuva ácida, a diminuição da camada de ozônio e as mudanças climáticas.
- Tecnologias emergentes: as discussões sobre os potenciais benefícios das nanotecnologias estão disvinculados das discussões sobre os riscos potenciais dos nano materiais para a saúde humana e meio ambiente, ou seja, não está se respeitando o princípio da precaução para avaliar o desenvolvimento dessas novas tecnologias.



Como alcançar a meta



“A gestão racional dos produtos químicos é essencial para que alcancemos o desenvolvimento sustentável, que abarca a erradicação da pobreza e das doenças, a melhora da saúde humana e do meio ambiente e o aumento e qualidade no nível de vida das populações dos países, independente do seu grau de desenvolvimento”.

Fonte: Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional de Produtos Químicos - SAICM

SAICM: a estratégia de Política Global e o Plano de Ação Mundial

A aprovação do Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional de Produtos Químicos (SAICM) na Conferência de Dubai, em 6 de fevereiro de 2006, foi o resultado de muita consulta, diálogo e negociações em que participaram representantes de 140 governos, das organizações intergovernamentais e de cerca de 60 grupos da sociedade civil representando setores como agricultura, meio ambiente, saúde, indústria, comunidade científica e trabalhadores.

Mas, o que é SAICM?

É uma estrutura política ambiciosa, que pretende facilitar a redução e a eliminação dos riscos dos produtos químicos em todo o seu ciclo de vida, em todo o mundo, de forma a atingir a meta de que até o ano de 2020 os produtos químicos sejam utilizados e produzidos de maneira a não agredir a saúde humana e o meio ambiente.

O desenvolvimento dessa estratégia promoverá práticas para que trabalhadores e as pessoas em geral não sofram mais doenças ou mortes por causa da exposição aos produtos químicos, seja no trabalho e/ou no meio ambiente.

O alcance de SAICM não está limitado ao meio ambiente, mas também aos aspectos econômicos, sociais, do trabalho e da saúde relacionados com a segurança química.

O Enfoque Estratégico deve levar em conta os instrumentos e processos desenvolvidos até o momento e ser flexível o suficiente para abarcar aqueles que venham a surgir no futuro.

Como funciona?

A estrutura de SAICM compreende três documentos básicos:

- 1 A Declaração de Dubai sobre a Gestão Internacional dos Produtos Químicos, que expressa o compromisso político internacional de governos e sociedade com a segurança química;
- 2 A Estratégia de Política Global: onde estão expressos os objetivos, as necessidades e os suportes financeiros para implementar as ações;
- 3 O Plano de Ação Mundial: as ferramentas de trabalho e de orientação para implementar as ações.

O Programa de Início Rápido (QSP)

Dentro da Estratégia de Política Global, as atividades iniciais para implementação dos objetivos de SAICM são apoiadas pelo chamado Programa de Início Rápido (QSP), de tempo limitado, administrado pelo PNUMA. O objetivo do QSP é apoiar planos de capacitação em países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e países em economia de transição.

A Conferência Internacional Tripartite de São Paulo e consequentemente esta publicação com seus resultados, por exemplo, integra o projeto sindical “Facilitar a implementação de SAICM pelos trabalhadores e trabalhadoras no local de trabalho”, de iniciativa da Fundação Sustainlabour, da ICEM e da CSI/CSA, que foi aprovado e financiado pelo QSP.

Substâncias e áreas de trabalho contempladas por SAICM

Alguns exemplos das substâncias priorizadas pelo Enfoque Estratégico:

- pesticidas altamente tóxicos;
- chumbo na gasolina;
- substâncias persistentes, bioacumulativas e tóxicas (PBTs);
- substâncias muito persistentes e muito bioacumulativas;
- químicos cancerígenos, mutagênicos que afetam os sistemas reprodutivos, endócrinos, imune e nervoso, entre outros;
- poluentes orgânicos persistentes (POPs);
- mercúrio;
- químicos produzidos e utilizados em grande volume.

Alguns exemplos de áreas de trabalho priorizadas pelo Enfoque Estratégico:

- Segurança e Saúde no Trabalho;
- produção mais limpa;
- práticas agrícolas seguras e saudáveis;
- gestão de resíduos;
- colocar em prática o Sistema Globalmente Harmonizado (GHS) de classificação e etiquetagem dos produtos químicos e de Registro de Emissões e Transferência de Contaminantes, para prevenção do tráfico ilegal de substâncias tóxicas e perigosas.



Os cinco grandes objetivos

Da Estratégia de Política Global e do Plano de Ação Mundial

1 Redução de riscos

- Uma gestão segura e saudável de produtos químicos só existe quando reduzimos ao máximo os riscos para a saúde humana, incluindo os trabalhadores, e para o meio ambiente durante todo o ciclo de vida desses produtos.
- Quando a sociedade for tomar qualquer decisão sobre produtos químicos perigosos, deve levar sempre em conta as necessidades dos seres humanos e dos ecossistemas que estão sujeitos à exposição dessas substâncias;
- Ações de gestão de risco dos produtos químicos devem ser transparentes, amplas, eficazes e efetivas. Devem ser baseadas em conhecimentos científicos sobre os efeitos para a saúde e para o meio ambiente e em análises social e econômica, de forma a prevenir exposições desnecessárias, contaminações, reduzir e eliminar os riscos.
- As ações devem aplicar o Princípio de Precaução, que é Princípio 15 da Declaração do Rio: uma garantia contra os riscos potenciais de produtos, substância, tecnologias e outras coisas que ainda não temos conhecimento científico suficientes para afirmar que são inofensivos à saúde humana e/ou ao meio ambiente. De acordo com o Princípio 15, a ausência dessas certezas científicas requer medidas que possam prevenir eventuais danos. Esse princípio é muito importante quando pensamos em questões atuais como a nanotecnologia; a produção de alimentos transgênicos e a clonagem de seres humanos, por exemplo.



- Prevenção da contaminação química precisa sempre ser considerada uma prioridade.
- Reduzir a geração de resíduos e dejetos perigosos como, por exemplo, pilhas, baterias, celulares, tanto em quantidade quanto em toxicidade e garantir a gestão ambientalmente segura deles, incluindo armazenamento, tratamento e eliminação.
- Recuperar e reciclar os materiais e resíduos perigosos

CICLO DE VIDA DO MERCÚRIO



=

CICLO DE VIDA DO TRABALHO



Risco de emissões para o ar, água e solo – em especial leitos de rios



Trabalhador(presente em todo o ciclo)



Transporte



Amálgama dentário



Tintas e fungicidas



Termômetros e aparelhos de medição



Eletroeletrônicos: celulares, micros, TVs de tela plana



Baterias e pilhas



Lâmpadas fluorescentes



Cloro-Soda



Hospitais



Luzes da cidade



Comércio



Garimpo de ouro (emissão para o ar, água e solo)



Fornos, incineradores, cremadores



Pesca em rios contaminados



Consumo de peixe contaminado



Aterro sanitário e lixo comum (emissão para o ar, solo e água)



Reciclagem do Hg de volta às minas

- Desenvolver produção mais limpa e a substituição de produtos químicos potencialmente perigosos.
- Assegurar que, para 2020, os produtos químicos perigosos e que tragam riscos à saúde e ao meio ambiente não sejam mais produzidos e tenham seu uso proibido.

Medidas para apoiar a redução de riscos

- Reduzir ao mínimo a exposição aos produtos químicos de mulheres, gestantes, crianças e adolescentes;
- Promover a saúde e segurança de trabalhado-

res no ambiente de trabalho com medidas e sistemas nacionais de inspeção e aplicação das normas e leis de Segurança e Saúde no Trabalho;

- Reduzir ao mínimo os riscos derivados dos produtos químicos nos ambientes de trabalho;
- Promover campanhas de conscientização para reduzir ao mínimo os resíduos perigosos e promover proteção às pessoas que manipulam esses resíduos.
- Detectar áreas contaminadas e submetê-las a processos de descontaminação;
- Eliminação do chumbo na gasolina;
- Investir nos tratamentos de intoxicação e demais acidentes com químicos.

2 Conhecimento e informação

- O conhecimento e a informação precisam garantir que os produtos químicos sejam gerenciados de forma segura e saudável durante todo o ciclo de vida;
- A sociedade precisa saber das seguintes informações: os efeitos dos produtos químicos sobre a saúde humana e sobre o meio ambiente; suas propriedades; suas possibilidades de uso; medidas de proteção e de regulamentação; e informações sobre o ciclo de vida do produto químico: sua produção, uso e destino final no meio ambiente.
- Essas informações devem estar disponíveis, em idiomas apropriados, para todos os trabalhadores e demais partes interessadas, de forma acessível, adequada e de fácil consulta.
- Essas informações também devem ser difundidas por outros meios como o Sistema Globalmente Harmonizado (GHS) para classificação e etiquetagem de produtos químicos e as recomendações dos acordos multilaterais.
- Nenhuma informação relacionada à saúde e à segurança das pessoas e do meio ambiente é confidencial, mesmo reconhecendo algumas leis e regulamentações nacionais que protejam a informação confidencial comercial e industrial;



- Garantir que as normas, avaliações de riscos e procedimentos de gestão estejam à disposição de todos os interessados;
- Utilizar indicadores para avaliar os efeitos dos produtos químicos;
- Acelerar o ritmo das pesquisas científicas para identificar e avaliar os efeitos dos produtos químicos na saúde humana e no meio ambiente.
- Divulgar documentos e outros materiais sobre riscos químicos das organizações que participam do Programa Interinstitucional para a Gestão Racional dos Produtos Químicos, como, por exemplo, dados da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Programa Internacional sobre Segurança Química (PISQ).

Medidas para fortalecer os conhecimentos e as informações

- Promoção de atividades de educação, capacitação e conscientização aos trabalhadores e a todos que podem estar expostos a produtos tóxicos em qualquer etapa do ciclo de vida desses produtos;
- Preparação e divulgação de dados sobre os riscos químicos que envolvem todos os produtos

químicos que estão no mercado, levando em conta as necessidades legítimas de segredo comercial.

- Outras medidas: maior vigilância dos efeitos dos produtos químicos na saúde e no meio ambiente; aumentar esforços para aplicar o Sistema Globalmente Harmonizado (GHS) de classificação e rotulagem dos químicos; elaboração e publicação dos registros nacionais de emissões e transferências de contaminantes.

3 Governança

- Os mecanismos nacionais, regionais e internacionais para a gestão de produtos químicos precisam ser multisetoriais, amplos; efetivos; eficientes; transparentes, coerentes e inclusivos – e sempre com a devida prestação de contas.
- Gerenciar de forma segura e saudável os produtos químicos deve ser uma preocupação de todo setor do governo relacionado com o tema, ou seja: ministérios do Meio Ambiente, Saúde, Trabalho, Agricultura, Indústria e Desenvolvimento, entre outros. E os governos devem promover programas integrados, com participação de todos esses setores.
- Leis nacionais e acordos internacionais ligados à gestão de produtos químicos têm de ser cumpridos e também promovidos por todos os setores.
- Empresas devem incluir no seu Código de Conduta o cuidado com a gestão dos produtos químicos nos itens que falam da sua responsabilidade social e ambiental.
- Governos devem promover uma estreita cooperação entre os serviços alfandegários dos países, para a troca de informação visando prevenir o tráfico internacional ilegal de produtos químicos perigosos.



- Assegurar existência de leis sobre prevenção do tráfico internacional ilegal dos produtos químicos.
- Promover a participação ativa de todos os setores da sociedade civil, em especial, as mulheres, os trabalhadores e as comunidades indígenas, nos processos de regulamentação e demais processos de decisões sobre segurança química.
- Assegurar que as mulheres participem em pé de igualdade da adoção de medidas para a gestão segura e saudável dos produtos químicos.
- Aumentar a cooperação entre governos, empresas e a sociedade civil nos planos nacional, regional e mundial sobre segurança química.

Medidas para fortalecer as instituições, as legislações e as políticas

- Revisar as legislações nacionais para que incluam os acordos internacionais de segurança química, como a Convenção de Basileia (sobre o tráfico de resíduos perigosos); Convenção de Roterdã (comércio internacional de pesticidas tóxicos e produtos químicos perigosos); Convenção de Estocolmo (eliminar a produção e o uso de poluentes orgânicos persistentes - POPs), e as Convenções 170 e 174 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tratam da segurança química e da prevenção de acidentes químicos ampliados (Vila Socó, Di-All Química etc.), entre outros.

- Integrar medidas de gestão segura e saudável dos produtos químicos nas estratégias de desenvolvimento econômico, sustentável e da luta contra a pobreza.
- Investir nas respostas para situações de emergência como, por exemplo, acidente químico;
- Investir na investigação do uso de produtos químicos em áreas protegidas;
- Critérios de punição e indenização aos responsáveis pelos eventuais danos à saúde humana e ao meio ambiente causado pela produção e utilização de produtos químicos,
- Investir em medidas para prevenir e detectar o tráfico ilegal de produtos químicos e resíduos perigosos.

4 Criação de capacidade e cooperação técnica

- Aumentar em todos os países a capacidade para a gestão segura e saudável dos produtos químicos durante todo o seu ciclo de vida;
- Reduzir a disparidade de capacidade técnica da gestão química entre os diferentes países;
- Estabelecer mecanismos de cooperação técnica e de transferência de tecnologia limpa e apropriada entre países (Plano Estratégico de Bali – Conferência sobre Mudança Climática da ONU de 2007);
- Incluir a capacitação para gerenciamento seguro e saudável dos produtos químicos nas políticas nacionais e nas estratégias de desenvolvimento, de desenvolvimento sustentável e de luta contra a pobreza;
- Encorajar os países a fazerem uso de modelos de gestão de segurança química de outros países e de organizações internacionais;
- Conscientizar doadores de recursos financeiros das organizações multilaterais da importância da segurança química para a redução da pobreza e do desenvolvimento sustentável.

Medidas para fortalecer a criação de capacidade e cooperação técnica

- Capacitação de pessoas para a aplicação de SAICM nos planos locais, nacional e regional de maneira coordenada e contemplando todas as necessidades de proteção contra os riscos químicos, utilizando, inclusive, mecanismos de intercâmbio de informação sobre criação de capacidade para assegurar a coordenação.



5 Tráfico Ilegal Internacional

- Prevenir o tráfico ilegal de produtos químicos tóxicos, perigosos, proibidos e severamente restringidos, de resíduos e de produtos que incorporam esses químicos, misturas e compostos.
- Reforçar mecanismos e acordos multilaterais de apoio a dispositivos de prevenção do tráfico internacional ilegal.



Medidas contra o tráfico internacional ilegal

- Aplicação mais eficaz das convenções internacionais de Basiléia e Roterdã sobre o transporte de produtos químicos e resíduos perigosos entre os países.

Sucata tóxica: os vilões dos eletrônicos

Mercúrio	Computador, monitor e TV de tela plana	Danos no cérebro e fígado
Cádmio	Computador, monitores de tubo e baterias de laptops	Envenenamento, problemas nos ossos, rins e pulmões
Arsênio	Celulares	Pode causar câncer no pulmão e prejudicar o sistema nervoso
Berílio	Computadores e celulares	Causa câncer no pulmão
Retardantes de chamas (BRT)	Usado para prevenir incêndios em diversos eletrônicos	Problemas hormonais, no sistema nervoso e reprodutivo
Chumbo	Computador, celular e televisão	Causa danos ao sistema nervoso e sanguíneo
Bário	Lâmpadas fluorescentes e tubos	Edema cerebral, fraqueza muscular, danos ao coração, fígado
PVC	Usado em fios para isolar corrente	Se inalado, pode causar problemas respiratórios

Entidades ambientalistas estimam que 75% do lixo eletrônico enviado a países pobres pelas nações desenvolvidas são inaproveitáveis e perigosos. Países africanos são os principais destinos dessa mercadoria. - Fonte: Cintia Baio (UOL tecnologia www.uol.com.br)

Melhora nas práticas em geral

No mundo do trabalho podemos melhorar as práticas gerais de gestão dos produtos químicos:

- aplicando métodos de produção mais limpos com ajuda das técnicas já disponíveis, como, por exemplo, na produção de cloro-soda sem uso de mercúrio ou asbestos e na produção de álcool anidro sem usar benzeno;
- uso de produtos não químicos na agricultura;
- iniciativa empresarial de práticas voluntárias, como, por exemplo, o Programa Atuação Responsável (Responsible Care) – de iniciativa da indústria química mundial;
- inserindo cláusulas específicas nas Convenções Coletivas de Trabalho, como as relativas à substituição de produtos tóxicos por outros menos nocivos (tinta à base de água, por exemplo, eliminação da limpeza do piso com cloreto de metileno etc);
- Assinando acordos coletivos de trabalho com cláusulas específicas na área ambiental e segurança e saúde ou acordos específicos para determinadas situações de risco como, por exemplo, o acordo tripartite sobre o benzeno e acordos sobre o uso de solventes.

A Conferência Tripartite em São Paulo – Brasil

A Conferência Internacional sobre a Gestão Segura e Saudável dos Produtos Químicos foi realizada de 14 a 16 de abril de 2009 por iniciativa da Federação Internacional dos Sindicatos da Química, da Energia e da Mineração (ICEM); da Fundação Internacional do Trabalho para o Desenvolvimento Sustentável (Sustainlabour); e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), que também sediou o evento no seu Centro Técnico Nacional, na capital paulista. A atividade tripartite contou com a participação de autoridades de governo e sindicalistas do Brasil, Chile e Uruguai, consultores e especialistas de áreas diversas.

Integrada ao projeto “Facilitar a implementação de SAICM pelos trabalhadores e trabalhadoras no local de trabalho”, de Quick Start Programme

(QSP), a conferência foi endossada pelos três países, cujos governos aceitaram participar deste projeto sindical internacional que busca facilitar a implementação de SAICM pelos trabalhadores.

A programação foi organizada em painéis sobre os cinco principais objetivos da Estratégia de Política Global de SAICM, buscando fortalecer as alianças entre diferentes governos, empresários e sociedade civil para promoção da gestão segura e saudável dos produtos químicos, com foco nos seguintes aspectos:

1. Melhorar a gestão segura e saudável dos produtos químicos em diferentes setores produtivos;
2. Qualificar sindicalistas para a ação sindical na área de segurança química;
3. Apresentar recursos e ferramentas para a ação sindical na área de segurança química;
4. Estimular parcerias entre os diferentes atores sociais e governos para a promoção da gestão segura e saudável dos produtos químicos.

Sérgio Novais, Ciro Russo, Jófilo Moreira Lima, Gonzalo Entenza e Joel Decaillon (esq. p/ dir.)





"A proteção do trabalhador brasileiro contra os riscos ocupacionais é uma prioridade permanente do nosso Ministério e um compromisso meu e do Presidente Lula. Por isso, ficamos felizes e satisfeitos com a realização dessa Conferência Internacional no Brasil, na Fundacentro, uma instituição de pesquisa e de excelência na área de segurança e saúde no trabalho, que orgulha a todos os brasileiros e brasileiras."

Carlos Lupi - Ministro do Trabalho e Emprego

"SAICM reconhece que o envolvimento de todas as partes e setores relevantes é crucial para o alcance de seus objetivos. E tem ciência do papel fundamental dos governos, do setor privado, dos sindicatos e de outras organizações da sociedade civil na promoção da segurança química. O Secretariado de SAICM dá as boas vindas à Conferência Tripartite Internacional como uma importante oportunidade para reunir as partes interessadas e forjar parcerias para a implementação de SAICM na América Latina."

Matthew Gubb - Coordenador do Secretariado de SAICM



"A proteção ambiental e a segurança dos trabalhadores - principalmente em relação ao manuseio de produtos químicos -, tem sido o principal campo de atuação dos sindicatos do ramo químico há muitos anos. A indústria tem, desde então, tomado diversas iniciativas nessa direção, mas muito ainda resta por ser feito. Por essa razão a ILO é um participante ativo em todas as iniciativas globais que visam melhorar as condições de trabalho e de vida para os trabalhadores e suas famílias, em particular naquelas situações onde é possível empreender uma discussão construtiva com representantes de empresas químicas ou de suas associações empresariais. Por considerar o processo de SAICM como muito importante, a ILO está bastante decidida a utilizá-lo para exercer uma forte influência sobre a gestão dos produtos químicos e a segurança e saúde dos trabalhadores no nível nacional, regional e mundial. A iniciativa na América do Sul de reforçar o processo de SAICM sob a liderança da ILO é muito importante e esperançoso para o futuro."

Manfred Warda - Secretário Geral da ILO

"Em dias nos quais a crise econômica mundial destrói empregos e piora as condições dos existentes, esta Conferência faz uma contribuição crucial: mostra que é possível e necessário acordar os mecanismos para fazer com que a gestão das substâncias químicas melhore em benefício da sociedade e dos trabalhadores. Tendo em mente os enormes desafios que enfrentamos em termos de saúde ocupacional, é preciso avançar em formas colaborativas de ação e, em particular, de forma tripartite. Por isso, nós da Confederação Sindical Internacional apoiamos esta iniciativa que nos dá um exemplo contundente do papel do diálogo social e nos comprometemos a difundi-la em nível internacional"

Guy Ryder, Secretário Geral da Confederação Sindical Internacional - CSI



"Os produtos químicos trazem benefícios os quais nossas sociedades não teriam sem eles (por exemplo, produção de alimentos, medicamentos, têxteis etc.), além de contribuir para a prosperidade econômica em termos de comércio e empregos. Todavia, os produtos químicos podem ter efeitos danosos sobre a saúde dos trabalhadores e o meio ambiente. Sustainlabour está convencida de que o futuro das indústrias químicas depende delas produzirem e comercializarem produtos químicos mais seguros e de melhorarem a transparência e a informação para os trabalhadores e consumidores. Envolvimento e iniciativas da indústria, Governos e sindicatos nos níveis local, nacional e mundial são um pré-requisito para se alcançar os mais altos padrões de segurança e saúde."

*Joel Decaillon - Presidente de Sustainlabour e
Secretário de Meio Ambiente da Confederação Européia de Sindicatos - ETUC*

"A importância da segurança química ocupacional é indiscutível, pois envolve um grande número de trabalhadores em todo o ciclo de vida das substâncias, considerando produção, transporte, armazenagem, manuseio, uso e o descarte. Muito nos orgulha recebermos profissionais chilenos e uruguaios para o debate com os técnicos, não somente da Fundacentro, mas também de outras instituições brasileiras, o que contribuirá para o aprimoramento das condições de ambiente dos trabalhadores e trabalhadoras dos três países."

Jurandir Bóia Rocha - Presidente da Fundacentro



Jornada de informações, debates e perspectivas para o futuro

Solenidade de Abertura

A seção que abriu os trabalhos foi composta pelo diretor técnico da Fundacentro, eng. Jófilo Moreira Lima; pelo diplomata Gonzalo Entenza, representando o Ponto Focal Regional de SAICM América Latina e Caribe; o diplomata Ciro Russo, representando o Ministério das Relações Exteriores - Ponto Focal do Brasil para SAICM; o presidente da Fundação Internacional do Trabalho para o Desenvolvimento Sustentável – Sustainlabour, Joel Decaillon; e o presidente da ICEM para América Latina e Caribe, Sérgio Novais.

Conferência de Abertura

Coordenada pelo secretário de Formação da Confederação Nacional do Ramo Químico da Central Única dos Trabalhadores (CNQ-CUT), **Itamar Sanches**, a apresentação que abriu a Conferência foi a do diplomata **Gonzalo Entenza**, que apresentou os antecedentes do SAICM e dos compromissos expressos na Declaração de Dubai, incluindo a Estratégia de Política Global e o Plano de Ação Mundial para a implementação de SAICM.

“Um tema importante de SAICM e que não está presente de maneira tão patente nas outras Convenções Internacionais é que esta estratégia inclui outros atores sociais de importância, com representações dos setores da comunidade científica, saúde e trabalho. SAICM contempla os trabalhadores com representação própria”.

Gonzalo Entenza



Vista geral do
auditório da
Fundacentro

Painel "A implementação de SAICM na Região"

Representantes do Brasil, Chile e Uruguai apresentaram os programas e ações em curso em cada país destinados a atender os compromissos estabelecidos no contexto de SAICM e em seguida responderam as eventuais dúvidas dos participantes, sob a coordenação da assessora da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (Fequimfar – Força Sindical), **Dra. Edenilza Mendes**.

"O Brasil é o segundo maior consumidor de pesticidas, só perde para os EUA, o que merece especial atenção em relação ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e o grande diferencial de SAICM é que ele abre espaço para a participação efetiva da sociedade civil".

Ponto Focal do Brasil para SAICM, Diplomata Ciro Russo, do Ministério de Relações Exteriores

"Temos três projetos de início rápido de SAICM: uma parceira com Chile e Brasil para fortalecer os sindicatos nas questões relacionadas à gestão segura dos produtos químicos; uma campanha regional para promover a saúde das mulheres e um projeto relacionado à eliminação do mercúrio, inclusive do uso doméstico".

Ponto Focal do Uruguai para SAICM, Dinorah Lorenzo, do Departamento de Substâncias Perigosas, Divisão de Controle e Desempenho Ambiental, Direção Nacional de Meio Ambiente (DINAMA), do Ministério de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente

"Estamos desenvolvendo programas relacionados ao mercúrio, como uma campanha de comunicação sobre o manuseio racional de lâmpadas de mercúrio; campanhas para proteção a crianças e projetos para eliminar o mercúrio nos hospitais".

Ponto Focal do Chile para SAICM, Claudia Jara Ramírez, gerente de substâncias químicas e áreas contaminadas do Departamento de Controle de Contaminação – CONAMA



Painel "Redução de Riscos"

Sob coordenação de **Virgílio Farias**, do Movimento de Defesa da Vida (MDV), o painel abordou o conceito do ciclo de vida do produto químico como a melhor estratégia para a redução de riscos na origem, preferencialmente antes mesmo da entrada do produto no mercado, e as exigências e as melhores práticas a respeito do processo de registro e liberação de produtos químicos para o mercado e a proteção da saúde.

"São analisados atualmente 174 agrotóxicos para verificar se há ultrapassagem ou presença de produtos não autorizados. Alimentos como alface, morango e tomate são os que contêm mais irregularidades. A China proibiu alguns produtos tóxicos internamente, mas não parou de produzi-los e passou a importá-los para outros países, como o Brasil, por exemplo".

Heloísa Rey Farza, gerência geral de toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que abordou o registro e liberação de produtos químicos para o mercado e proteção da saúde

"Segurança Química é a prevenção dos efeitos adversos decorrentes de todo o ciclo de vida dos produtos químicos. A melhor estratégia, em especial no ambiente de trabalho, é a redução de riscos na fonte de todo o processo. A primeira coisa quando se faz um programa de gestão de risco numa empresa é saber/conhecer os produtos manuseados. O fato de ter um produto químico bem rotulado, com uma ficha de segurança com todas as informações adequadas, é o primeiro passo para fazer uma boa gestão de química."

Arline Sydneia Abel Arcuri, Pesquisadora Titular do Centro Técnico Nacional da Fundacentro e representante do Governo na Comissão Nacional Permanente do Benzeno, no Brasil, durante a apresentação do Enfoque de Ciclo de Vida do Produto



*Delegação do
Uruguai*

Painel "Conhecimento e Informação"

O objetivo das apresentações foi demonstrar a importância do conhecimento e da informação sobre as características e os efeitos dos produtos químicos à saúde do trabalhador em toda sua cadeia produtiva até a sua destinação final, destacando uma importante ferramenta para a gestão segura do risco químico que é a classificação, etiquetagem e rotulagem dos recipientes e embalagens dos produtos e a sua respectiva ficha de informações de segurança. O Painel teve a coordenação de **Janaina Pessoa Oliveira**, do Departamento de Segurança do Trabalho e Prevenção Contra Incêndios Corporativa, da Volkswagen do Brasil.

"A Cetesb atende, em média, 450 acidentes ambientais por ano no estado de São Paulo. Os grandes vilões são o transporte rodoviário, que corresponde a 40% do total de acidentes, e os postos de combustível, que são mais graves por causa dos riscos que representam os produtos inflamáveis. Atualmente também temos chamadas freqüentes por causa de descarte irregular de resíduos, o que é um crime ambiental bastante grave".

Agnaldo Ribeiro de Vasconcelos, químico do Setor de Operações de Emergência da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, responsável pela apresentação do tema "Avaliação de Risco dos Produtos Químicos para a contaminação ambiental."

"A Rio-92 teve algumas coisas de concretude, uma delas é o GHS, um instrumento que está em processo de implementação e que foi idealizado e pensado naquela conferência e o mundo entendeu que era importante e implementou. A expectativa é que um dia o trabalhador tenha um produto com as mesmas informações e mesmas proteções independente do país em que ele trabalha ou irá trabalhar, no sentido que ele saiba com que produto está manuseando".

Roque Puiatti, Auditor Fiscal do Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - SIT/MTE e Vice-Presidente do Comitê GHS das Nações Unidas, que dividiu a apresentação sobre o Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos – GHS, com...

"A Convenção 170 da OIT, que obriga o país a ter um sistema de classificação, foi ratificada pelo Brasil em 1998, mas nós não temos esse sistema, temos um sistema fragmentado. Em 2007, o presidente Lula assinou o decreto presidencial que instituiu a implementação do GHS no Brasil"

...André Fenner, vice-coordenador do GT-GHS Brasil, Diretoria de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Ministério da Saúde.

Painel "Governança"

O foco deste painel foi a gestão de risco químico desde o local de trabalho e como ele é gerenciado nacionalmente, identificando-se as normas e sistemas de gestão existentes e as expectativas da indústria nesse campo, e teve a coordenação de **Marco Antonio Gomez Peres**, do centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Campinas.

"A boa governança é a construção de sistemas de gestão de riscos bem sucedidos e uma gestão bem sucedida depende da combinação de três elementos fundamentais: vontade política, conhecimento e recursos humanos e materiais. A gestão de produtos químicos tem como interesse comum a produção e uso de produtos químicos, de forma sustentável, para melhorar a qualidade de vida humana".

Gilmar da Cunha Trivelato, pesquisador titular do Centro Regional de Minas Gerais, Fundacentro, que apresentou as abordagens para a gestão de riscos relacionada a produtos químicos.

"Nós estamos falando cada vez mais em fábricas seguras, em processos industriais mais seguros e há uma forte discussão sobre a segurança dos produtos. Isso significa que os produtos não podem fazer mal nem aos trabalhadores nem aos usuários. Esses produtos não podem explodir nem nas fábricas onde são produzidos nem nos clientes onde são usados. É uma questão de saúde e segurança. O Reach é uma decorrência de toda essa discussão e está afetando não apenas a União Europeia, mas o mundo como um todo".

Marcelo Kós, Diretor Técnico de Assuntos Industriais da Associação brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), abordando os códigos de conduta e as iniciativas voluntárias da indústria brasileira.



Marcelo Kós e Gilmar da Cunha Trivelato (esq. p/ dir.)

REACH: a nova legislação sobre produtos químicos da União Européia

O novo marco regulatório de gestão dos produtos químicos, denominado REACH – Registro, Avaliação, Autorização e Restrição de Químicos - entrou em vigor na União Européia em 1º de junho de 2007 e foi resultado de sete anos de intensos debates que envolveram governos, empresários e representações de trabalhadores, comunidades e ambientalistas.

O REACH estabelece um novo sistema de gestão e controle de riscos humanos e ambientais causados por produtos químicos perigosos. Ele unifica mais de 40 normas e leis sobre o tema e atinge 30 mil produtos, de um total estimado de 103 mil produtos que estão atualmente no mercado europeu, o maior produtor de produtos químicos do mundo.

Essa nova legislação introduz o princípio de precaução e estabelece um marco para a substituição de produtos mais perigosos no caso de existirem alternativas mais seguras no mercado. Também reverte o chamado ônus da prova: agora são os produtores, importadores e usuários intermediários de produtos e compostos químicos que deverão demonstrar e garantir que só produzem, comercializam e utilizam produtos que não afetam negativamente a saúde humana e o meio ambiente, e não mais os governos.

O REACH pode ser considerado um avanço porque a indústria terá que informar sobre a segurança dos produtos químicos antes de colocá-los no mercado. Mas para que essa legislação seja exitosa, é preciso assegurar, na prática, controle e avaliações adequadas. E aí que os sindicatos europeus desempenham um importante papel: promover a formação, controlar e exercer pressão.

(Mais informações: http://echa.europa.eu/reach_pt.asp)

Painel "Criação de Capacidades e Cooperação Técnica"

O painel abordou o valor e a importância das alianças e parcerias entre as representações de trabalhadores, empregadores e governo para o alcance de objetivos comuns no campo da proteção da saúde do trabalhador, da saúde pública e do meio ambiente, incluindo o lançamento do Manual "Gestión Racional y Sostenible de Sustancias Químicas" – de Sustainlabour e PNUMA.

A coordenação ficou por conta de **Hermano Albuquerque de Castro**, coordenador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, com participação de **Joel Decaillon**, secretário de Meio Ambiente da Confederação Européia de Sindicatos - ETUC e Presidente da Sustainlabour, que apresentou o Manual sobre a Gestão Racional e Sustentável das Substâncias Químicas e **Fernando Vieira Sobrinho**, Engenheiro Químico, Tecnologista da Fundacentro, que abordou a experiência brasileira tripartite da Convenção 174 da OIT.



Hermano Albuquerque de Castro, Joel Decaillon e Fernando Sobrinho (esq. p/ dir.)



Manual "Gestión Racional y Sostenible de Sustancias Químicas"

Un Manual para los trabajadores/as y los Sindicatos

- O objetivo deste Manual é aumentar o conhecimento e compreensão sobre a gestão racional e sustentável de produtos químicos e a gestão de riscos relacionados aos postos de trabalho. Há uma atenção especial aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras expostos a substâncias químicas e perigosas.

Os sindicatos ocupam um lugar essencial para a sensibilização dos trabalhadores e trabalhadoras sobre o impacto dos produtos químicos industriais em sua saúde e no meio ambiente, na promoção de programas de segurança química nos setores públicos e privados, assim como na formação de trabalhadores(as) para que estes contribuam e verifiquem a correta implementação das medidas adotadas.

Neste sentido, o acesso à informação e à formação são necessárias para melhorar as condições de trabalho. O propósito deste Manual é proporcionar aos trabalhadores e a seus sindicatos informações gerais e orientações sobre como trabalhar o tema de gestão segura e saudável de produtos químicos.

Realização:

Sustainlabour
International Labour Foundation
for Sustainable Development



Esta publicação está disponível em espanhol e inglês no endereço:

<http://www.sustainlabour.org/dmdocuments/ESP161-2008.pdf>

Painel "Tráfico Ilícito de Substâncias Perigosas"

Com a coordenação da Analista e Engenheira do Departamento de Desenvolvimento Institucional Estratégico da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, **Lady Virginia Traldi Meneses**, o painel procurou situar os participantes em relação aos compromissos expressos nas convenções internacionais sobre os poluentes orgânicos persistentes (POPs) e metais pesados, incluindo a questão da transferência internacional de resíduos contaminados, com apresentação do Secretário da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores, diplomata **Ciro Russo**, que abordou a Convenção da Basiléia e a Convenção de Roterdã.

Um enfoque especial foi dado ao emprego industrial do mercúrio, devido à extensão desse uso e seu potencial risco à saúde humana e ao meio ambiente, com apresentação da Auditora Fiscal do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo, Ministério do Trabalho e Emprego – SRTE/MTE, **Cecília Zavariz**, que abordou as atividades desenvolvidas para a redução e eliminação do uso do mercúrio no Estado de São Paulo

Painel

"Estratégia de Ação: o Acordo Nacional Tripartite do Benzeno no Brasil e as lições aprendidas"

O último painel da jornada tripartite da Conferência compartilhou a experiência consolidada e reconhecida de ação tripartite para a gestão do risco químico em uma situação complexa e abrangente, com foco nas estratégias e instrumentos utilizados, sob coordenação do diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, **Remigio Todeschini**.

"O benzeno, nos anos 80, no Brasil, constituiu-se num grande problema dos trabalhadores e de saúde pública. Milhares de trabalhadores da construção civil, metalurgia, siderurgia, químicos, petroquímicos, petroleiros foram contaminados devido à exposição nos processos produtivos, gerando uma grande demanda social. Houve uma mobilização muito grande dos sindicatos e trabalhadores. Esta casa, a Fundacentro, foi ocupada por centenas de trabalhadores na época para pressionar o Ministério do Trabalho a empreender uma negociação tripartite onde os atores sociais fossem representativos"

Nilton Freitas, Assessor de Políticas Públicas e Sociais do Sindicato dos Químicos do ABC e representante dos trabalhadores no Comitê de Coordenação Regional de SAICM para América Latina e Caribe, que dividiu a apresentação com...

"O uso do benzeno é muito restrito hoje, essa restrição prevista no Acordo Tripartite foi muito bem sucedida. Apenas alguns grupos de empresa ainda utilizam benzeno ou o tem em seu ciclo produtivo. O principal ponto crítico é a presença de benzeno na gasolina automotiva. Essa é a principal fonte de exposição do benzeno no Brasil hoje".

...Danilo Costa, Auditor Fiscal do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo, Ministério do Trabalho e Emprego – SRTE/ MTE e representante do governo na Comissão Nacional Permanente do Benzeno.

"A Comissão definiu que sua prioridade no próximo período é a formação, com uma abordagem, inclusive, sobre a situação dos trabalhadores de prestação de serviços – os terceirizados. Formação não só de trabalhadores, mas do serviço público e também dos empresários, que precisam entender melhor o que se passa dentro da fábrica e o quanto é importante a prevenção".

O petroleiro e sindicalista Itamar Sanches foi convidado a compor à mesa do painel para relatar as atuais discussões da Comissão Nacional Permanente do Benzeno, da qual ele participa representando a Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT (CNQ).

*Nilton Freitas, Remigio Todeschini e Danilo Costa
(esq. p/ dir.)*



O Acordo Nacional Tripartite do Benzeno

*Nilton Freitas **

Uma das mais complexas experiências de enfrentamento do risco químico em sua dimensão ocupacional, social, econômica e ambiental, no Brasil – essa é a melhor definição para um Acordo Nacional firmado em dezembro de 1995 entre as representações de governo (ministros da Saúde, do Trabalho e da Previdência Social), da indústria (química, petroquímica e siderúrgica) e dos trabalhadores (CUT, Força Sindical e CNTI).

O Acordo firmado após 15 meses de complicadas negociações e intensa mobilização de trabalhadores químicos, petroquímicos, metalúrgicos e outros, estabeleceu as bases e os meios para a superação de um período de contaminações e doenças, mortes e sofrimentos, que durou mais de 15 anos, pelo menos. Em 1991 estimava-se em mais de 3.500 o número de trabalhadores afastados do local de trabalho devido à leucopenia, sendo 2.200 apenas no Estado de São Paulo.

As principais características desse Acordo que combina negociação coletiva e fortalecimento da legislação são descritos a seguir, após serem apresentados e debatidos na Conferência como um modelo de estratégia e ação sindical que pode ser utilizado como referência para novas ações de enfrentamento do risco químico.

As medidas nele incluídas incorporam as cinco áreas de atuação de SAICM, a saber: redução de riscos; conhecimento e informação; governança; criação de capacidades e cooperação técnica; e o combate à utilização de forma ilícita do produto.

Campo de Aplicação: todas as empresas que produzem, transportam, armazenam, utilizam ou manipulam benzeno e suas misturas líquidas contendo 1% ou mais em volume, e àquelas por elas contratadas (terceirizadas).

Ações e responsabilidades

a) Ministério do Trabalho: cadastrar as empresas em que o Acordo se aplica; proibir a utilização do benzeno para qualquer fim (exceto síntese química, combustíveis e laboratórios); implementar a substituição do benzeno na produção de álcool anidro; auditar o PPEOB (explicado a seguir) das empresas; inserir em norma legal o Valor de Referência Tecnológico (VRT) de 1 ppm para todas as indústrias e 2,5 ppm para a Siderurgia; normatizar a avaliação ambiental (IN-01) e a vigilância da saúde dos trabalhadores (IN-02); coordenar a CNPBz; suspender o cadastro de empresa com comprovada irregularidade; aprovar projetos de novas instalações em áreas classificadas das empresas

b) FUNDACENTRO: realizar estudos e pesquisas sobre a substituição e utilização do benzeno

c) Ministério da Saúde: definir procedimentos de vigilância epidemiológica e sanitária para controle e diagnóstico da exposição; manter registro de todos trabalhadores expostos no País; padronizar exames clínicos e laboratoriais de admissão, periódico, demissional e de retorno ao trabalho dos afastados por benzenismo; definir procedimentos de referência e contra referência para exames complementares de danos à saúde (citoquímicos, imunológicos, neuropsicológicos etc.)

d) Empresas: elaborar o PPEOB e desenvolver programas de melhoria contínua da gestão ambiental (redução da concentração ambiental e substituição do benzeno; prevenção de emissões na fonte); programas de treinamento sobre riscos do benzeno e prevenção da exposição; cumprir e fazer cumprir o Acordo Tripartite e as normas dele emanadas; colaborar com os estudos e pesquisas; custear o treinamento do GTB, garantindo-lhe apoio administrativo (computador, telefone, arquivos etc.) e facilitando seu acesso aos locais de trabalho, documentos, laudos e relatórios, bem como, cumprir os acordos com ele firmados; garantir e facilitar ao GTB o tempo necessário para o cumprimento de suas atribuições; definir procedimentos para situações de emergência; manter por 10 anos a relação de empresas terceirizadas

e) Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz) ¹ acompanhar a implantação e do Acordo e auxiliar os órgãos públicos no cumprimento das normas e da legislação; complementar o Acordo em relação aos direitos dos trabalhadores com alteração de saúde devido a exposição; acompanhar estudos e pesquisas para definição de Indicadores Biológicos de Exposição; propor inclusões e alterações nas normas (combustíveis, benzeno em produtos acabados, alternativas para substituição do benzeno); decidir sobre pedidos de prorrogação de prazo para adequação ao VRT (foram 2 anos para a petroquímica e três para a siderurgia); deliberar sobre a concessão e manutenção do Certificado de Uso Controlado do Benzeno

f) Grupo de Trabalhadores para o Benzeno (GTB) ²: sugerir e acompanhar a implantação das medidas de segurança; inspecionar periodicamente os locais de trabalho, inclusive os das terceirizadas; verificar o cumprimento de acordos e compromissos; acompanhar e analisar o desenvolvimento do PPEOB; manter a CIPA informada; participar de cursos e eventos sobre o benzeno.

Programa de Prevenção da Exposição Ocupacional ao Benzeno – PPEOB

Em sintonia com os preceitos dos sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho (SST) o PPEOB deve conter o disposto na Norma Regulamentadora 9 (NR-9 da Portaria 3214/78), acrescido de: caracterização das instalações contendo benzeno ou misturas em concentração maior que 1% Volume; avaliação das concentrações de benzeno de acordo com a IN-01; ações de vigilância da saúde dos trabalhadores próprios e terceirizados, nos termos da IN-02; descrição do cumprimento das normas e de Acordos Coletivos referentes ao benzeno; procedimentos para guarda dos resultados das avaliações ambientais por 40 anos; adequação da proteção respiratória à IN-01; definição de procedimentos operacionais e de manutenção rotineiros e de emergência, incluindo partidas e paradas de unidades; previsibilidade de concentrações elevadas e de situações de emergência; isolamento e sinalização das áreas classificadas; cronograma detalhado das obras necessárias para atender ao VRT; exigências contratuais relativas às terceirizadas.

Lições Aprendidas – Estratégia de Ação Sindical

Os resultados do Acordo Nacional Tripartite do Benzeno representaram o fortalecimento dos VALORES da negociação coletiva, da supremacia da lei e da ciência e da boa técnica sobre a desqualificação e minimização do saber.

O Acordo foi alcançado por meio de uma ESTRATÉGIA até então inédita de articulação da ação sindical com órgãos de Estado de diferentes setores (Trabalho, Saúde, Previdência Social, Indústria e Comércio) e nos três níveis da Federação: União, Estados e Municípios.

Inovou conceitualmente com o Valor de Referência Tecnológico (VRT) e o PPEOB como ferramenta de gestão da segurança e saúde no trabalho e meio ambiente.

Aperfeiçoou o controle social sobre o risco ao criar o GTB dentro das empresas e a CNPBz no âmbito nacional, mais tarde incrementada com seções estaduais e regionais.

Contribuiu decisivamente para consolidar o papel do Estado no controle do risco químico e da saúde dos trabalhadores e levou as empresas a investirem em novos equipamentos e processos, em qualificação e treinamento do pessoal, além de incorporarem em sua cultura gerencial a prestação de contas e a negociação permanente com os sindicatos e o Estado.

** Nilton Freitas é Engenheiro de Segurança do Trabalho e Mestre em Saúde Pública, coordenou o Grupo Temático do Benzeno no Coletivo Nacional de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente da CUT e assessorou a Bancada dos Trabalhadores na negociação do Acordo.*

¹ Fórum tripartite de discussão, negociação e acompanhamento do Acordo composto por 6 representantes titulares e 6 suplentes de cada setor:

Governo: ministérios do Trabalho, da Saúde, da Previdência Social, da Indústria e Comércio;

Trabalhadores: CUT, Força Sindical; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria;

Empregadores: Siderurgia; Sindicato da Indústria de Produtos Químicos e Petroquímicos; Associação Brasileira da Indústria Química;

Instituto Brasileiro do Petróleo; Petrobras; Confederação Nacional da Indústria.

² Composto por 20% da representação titular dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) com o mínimo de 2 representantes e com a garantia de emprego da CIPA (2 anos), recebe treinamento de 20 horas sobre o benzeno na empresa, que pode ser ministrado pelo Sindicato.

Reuniões setoriais, reuniões nacionais e apresentação dos resultados

Subsidiados pelos painéis realizados nos dias anteriores, os representantes dos trabalhadores e do setor público dos três países realizaram reuniões setoriais (trabalhadores e governo) e reuniões nacionais (grupo brasileiro, grupo chileno e grupo uruguaio) para aprofundarem as discussões sobre ações e compromissos para avançar no desenvolvimento e implementação da gestão segura e saudável das substâncias químicas, levando em consideração os instrumentos de SAICM.

A sessão de encerramento, com coordenação de **Joel Decaillon** – Sustainlabour; **Sérgio Novais** – ICEM e do **Eng. José Damásio** (representando a Fundacentro), apresentou os resultados dessas reuniões que, posteriormente, foram compilados em uma carta contendo princípios e diretrizes gerais sobre o tema, com anexos específicos de cada país. Confira:



*Paulo Altair (coordenou o GT dos Governos),
Fernando Sobrinho e Fernando Álvares (coordenou o
GT dos Trabalhadores)*

Carta de Princípios e Diretrizes Gerais para a promoção da gestão saudável de produtos químicos no local de trabalho

Nós, os participantes da Conferência Internacional Sobre a Gestão Segura e Saudável dos Produtos Químicos - Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional de Produtos Químicos – SAICM, realizada em São Paulo no período de 14 a 16 de abril de 2009, no âmbito do Projeto “Facilitar a implementação de SAICM pelos trabalhadores e trabalhadoras no local de trabalho”, financiado com recursos do QSP Trust Fund e endossado pelos Pontos Focais Nacionais para SAICM dos governos do Brasil, Chile e Uruguai, vimos nessa, em primeiro lugar, expressar o nosso agradecimento e reconhecimento,

- Às direções da ICEM, da Fundação Sustainlabour, da Confederação Sindical Internacional e da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas pela iniciativa do Projeto e dessa Conferência que internaliza e difunde os objetivos, a estrutura e as atividades de SAICM em nossos países;
- Aos Pontos Focais de SAICM dos governos do Brasil, do Chile e do Uruguai -pelo endosso ao Projeto que viabilizou a realização da Conferência;
- Ao Secretariado de SAICM, pela aceitação do Projeto e pela disponibilização dos fundos e recursos necessários para sua execução, que inclui, em particular, a realização dessa Conferência que contribui para o desenvolvimento das atividades de SAICM em nossos países;
- Ao Ponto Focal Regional de SAICM pela presença e mensagem dirigida ao público que atende à Conferência;
- Ao Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, pelo empenho despendido para a realização dessa Conferência;
- À direção da Fundacentro, seus pesquisadores e funcionários, pelo apoio institucional e profissional e pela receptividade e acolhida dispensada aos participantes;
- Aos profissionais das instituições públicas federais, estaduais e municipais que participam dessa Conferência com o compromisso de fortalecer a gestão segura e saudável dos produtos químicos em suas esferas de competência e junto às comunidades em que atuam;
- Aos profissionais e representantes das empresas interessadas em melhorar sua gestão de segurança química à luz das melhores práticas e em sintonia com as diretrizes e normas internacionais;
- Aos dirigentes e assessores dos sindicatos comprometidos com a proteção da saúde dos trabalhadores contra os riscos que os produtos químicos podem representar à saúde dos trabalhadores, à saúde pública e o meio ambiente;
- Aos representantes das Organizações Não Governamentais (ONGs) presentes cujas atividades ajudam a ampliar a consciência sócio-ambiental no seio das nossas sociedades e estimulam o exercício pleno da cidadania;
- Àqueles que trabalharam com profissionalismo para a organização e realização dessa Conferência, o nosso muito obrigado.

Vimos também, no contexto da iniciativa de SAICM, manifestar o nosso compromisso para com os princípios e diretrizes da gestão segura e saudável dos produtos químicos em todo o seu ciclo de vida, fundamentados nos principais instrumentos normativos e promocionais a seguir relacionados:

- O disposto no Capítulo 19 da Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92);
- O disposto no Parágrafo 23 do Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Johannesburgo 2002) que estabelece o “objetivo 2020” de assegurar, que para o ano 2020, os produtos químicos se utilizem e se produzam de modos que minimizem significativos impactos adversos à saúde humana e o meio ambiente;
- A Declaração de Dubai sobre a Gestão dos Produtos Químicos a Nível Internacional (2006) que estabelece o mandato necessário para a elaboração e aplicação desse Enfoque Estratégico (SAICM);
- As Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) 170 sobre a utilização dos produtos químicos no trabalho e 174 sobre prevenção de Acidentes Industriais Ampliados;
- A Convenção da Basileia sobre o controle dos movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e sua eliminação;
- A Convenção de Roterdã sobre o procedimento de consentimento fundamentado prévio aplicável a certos praguicidas e produtos químicos perigosos objeto de comércio internacional;
- A Convenção de Estocolmo sobre contaminantes orgânicos persistentes;
- A adoção do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos;
- As iniciativas e acordos voluntários do setor privado que buscam complementar ou aprimorar os marcos regulatórios e normativos, em particular aquelas que envolvem parcerias e compromissos com sindicatos e outras entidades da sociedade civil;
- As iniciativas dos sindicatos destinadas a proporcionar mais informação, melhor qualificação e proteção adicional aos trabalhadores expostos aos riscos dos produtos químicos desde o local de trabalho até o âmbito nacional, materializadas na inclusão de cláusulas dessa natureza em acordos e convenções coletivas de trabalho ou acordos globais com empresas multinacionais.

Não obstante o reconhecimento desses esforços e iniciativas constatamos a deficiência de políticas, de marcos regulatórios e de capacidades institucionais para assegurar que os objetivos estratégicos e o objetivo maior de SAICM para 2020, serão alcançados em nossos países.

Por essa razão, se faz necessário que as autoridades governamentais responsáveis sejam alertadas com urgência a respeito dessas debilidades para que possam, em espaço de tempo razoável, apresentar respostas que transmitam segurança e confiança à sociedade civil e aos sindicatos em particular.

As necessidades de cada país participante da Conferência, em especial aquelas sentidas pelos trabalhadores e seus representantes, serão relacionadas na forma de ANEXO a essa Carta, na medida em que venham a emanar das reuniões setoriais e nacionais do dia 16 de abril.

São Paulo, 15 de abril de 2009.

Participantes da Conferência Internacional sobre a Gestão Segura e Saudável dos Produtos Químicos – Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional de Produtos Químicos – SAICM

ANEXO BRASIL

Após reconhecer e reafirmar as experiências positivas desenvolvidas no País em relação aos assuntos envolvidos com o SAICM, em especial aquelas de natureza tripartite que reúnem os esforços de governo, empregadores e trabalhadores, os participantes brasileiros identificaram as deficiências existentes e as necessidades e propostas que buscam superá-las, como:

1 Deve haver um esforço de harmonização das normas entre os países da região (p.ex.: inflamáveis, GHS), principalmente no âmbito do Mercosul; com esse objetivo, serão procurados os meios e as opções existentes para o financiamento de projetos de cooperação técnica;

2 Identifica-se a necessidade de uma Política Nacional de Segurança Química - PNSQ, que defina objetivos, responsáveis, atribuições, cronograma das ações etc.; essa deve ser uma política de Estado, não de governo, que preveja inclusive o fortalecimento das instituições encarregadas da implantação dessa política;

3 Deve haver um reforço das ações de implementação no âmbito nacional das convenções internacionais relacionadas aos temas tratados nessa Conferência, em especial no campo das relações de trabalho;

4 A necessidade urgente de superação da tradicional dificuldade de coordenação e integração entre as diferentes instituições que atuam no campo da segurança química nos três níveis do Estado;

5 Os participantes ressaltam a necessidade de aprimorar a coordenação nacional de assuntos relativos ao SAICM, de modos a possibilitar a participação efetiva de todas as partes interessadas;

6 Os representantes dos trabalhadores se comprometem a identificar três empresas onde possa haver o interesse de constituição de Redes de trabalhadores do Brasil, do Chile e do Uruguai;

7 Identifica-se a necessidade de criação de uma Agência Nacional para a Gestão da Segurança Química no País, com o objetivo de unificar e potencializar a capacidade do Estado brasileiro nesse tema;

8 Necessidade de fortalecer as instituições de pesquisa de um modo geral e, em particular, aquelas relacionadas aos assuntos de segurança química;

9 Reforçar a necessidade de uma política de governo frente à crescente utilização de nanomateriais nos processos produtivos, em especial no que diz respeito à obrigação de informar aos trabalhadores e consumidores sobre o uso desses materiais, os riscos que representam e as medidas de proteção necessárias;

10 Necessidade de revisar a CONASQ em sua totalidade, para o que os sindicatos se comprometem a promover a elaboração de proposta do movimento sindical em consulta com os ministérios envolvidos antes de ser encaminhada à Casa Civil;

11 Apoio à iniciativa de realização de concurso público para o quadro funcional da Fundacentro, com o objetivo de fortalecer a capacidade de pesquisa da instituição na área da segurança química, entre outros;

12 A necessidade de uma abordagem que contemple as Pequenas e Médias Empresas devido à dificuldade das mesmas em desenvolver capacidades para a gestão segura e saudável dos produtos químicos.

Para saber mais...

Confira a íntegra do documento em espanhol, com os anexos de Chile e Uruguai no endereço:

<http://www.sustainlabour.org/dmdocuments/EN227-2009.pdf>

Confira alguns documentos e apresentações da Conferência Tripartite:

<http://www.fundacentro.gov.br/conteudo.asp?D=CTN&C=274&menuAberto=345>

Acompanhe o projeto Sustainlabour sobre Ação Sindical em Risco Químico

<http://sustainlabour-saicm.blogspot.com/>

Documentos e endereços úteis



1. Declaração de Dubai sobre a gestão internacional dos produtos químicos: acordada por mais de 100 ministros de meio ambiente e saúde guia o mundo na direção para cumprir um compromisso feito durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável: uma gestão segura e saudável dos produtos químicos até o ano de 2020 em todo o planeta.

<http://www.chem.unep.ch/saicm/SAICM%20texts/SAICM%20standalone%20S.doc> – em espanhol

2. Convenção de Basiléia sobre a organização e tráfico fronteiriço de resíduos perigosos e sua eliminação

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D0875.htm - português

<http://www.basel.int/text/con-s.doc> - espanhol

3. Convenção de Roterdã sobre o comércio internacional de pesticidas tóxicos e químicos perigosos

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5360.htm - em português

http://www.pic.int/home_sp.php?type=s&id=82 - em espanhol

4. Convenção de Estocolmo sobre a eliminação da produção e uso de substâncias tóxicas – POPs

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5472.htm - em português

<http://chm.pops.int/> - em inglês

5. Convenção 170 da OIT - sobre segurança na utilização de produtos químicos no trabalho

http://www.mte.gov.br/seg_sau/pub_cne_convencoes_oit.pdf - em português

6. Convenção 174 da OIT - sobre prevenção de Acidentes Industriais Ampliados;

http://www.mte.gov.br/seg_sau/pub_cne_convencoes_oit.pdf - em português

7. Declaração do Rio

<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=576> – em português

8. Agenda 21 (capítulos 6, 8, 19 e 20)

<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575&idMenu=9065>
– em português

9. Declaração da Bahia sobre a Segurança Química;

<http://ftp.unb.br/pub/meioambiente/Declara%E7%E3o%20da%20Bahia.pdf> - em português

10. Declaração de Johanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável:

<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/riomaisdez/documentos/680-DeclaracaoPoliticaJoanesburgo.wiz> - em português

11. Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html> - em português

12. OIT – Organização Internacional do Trabalho:

<http://www.oitbrasil.org.br/> - em português

<http://www.oit.org.pe/> - em espanhol

13. PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente:

<http://www.brasilpnuma.org.br/> - em português

www.pnuma.org (espanhol e inglês)

14. OMS – Organização Mundial da Saúde:

<http://new.paho.org/bra/> - em português

<http://www.who.int/es/index.html> - em espanhol

15. Sustainlabour – Fundação Sindical Internacional para o Desenvolvimento Sustentável:

<http://www.sustainlabour.org> – em inglês e espanhol somente

16. Manual “Gestión Racional y Sostenible de Sustancias Químicas - Un Manual para los trabajadores/as y los Sindicatos”, publicado pela Sustainlabour e Pnuma:

<http://www.sustainlabour.org/dmdocuments/ESP161-2008.pdf> - em espanhol

17. Governo do Brasil (Ministérios do Trabalho e Emprego, Saúde, Meio Ambiente):

www.brasil.gov.br

18. Governo do Chile:

www.gobiernodechile.cl/

19. Governo do Uruguai:

<http://www.presidencia.gub.uy/>

Bibliografía de apoio:

- Enfoque Estratégico para la gestión de productos químicos a nivel internacional – textos acerca del SAICM y resoluciones de la Conferencia Internacional sobre gestión de los productos químicos. PNUMA
- Gestión Racional y Sostenible de Sustancias Químicas - Un manual para las y los trabajadores y los sindicatos. Sustainlabour/PNUMA

Realização



ICEM – Federação Internacional dos Sindicatos da Química, Energia, Mineração e Indústrias Diversas (www.icem.org)



Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO (www.fundacentro.gov.br)



Fundação Sindical Internacional para o Desenvolvimento Sustentável – SUSTAINLABOUR (www.sustainlabour.org)



Confederação Sindical Internacional – CSI (www.ituc-csi.org)



Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas - CSA/TUCA (www.csa-csi.org)

Apoio



Quick Start Programme Trust Fund - www.saicm.org



Nós sabemos com que estamos mexendo?

